

**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Diante do futuro

Que me importa o presente? No futuro é que está a existência dos verdadeiros homens. Guyau, a quem não me canso de citar, disse em uma de suas obras estas palavras:*

“Porventura sei eu se viverei amanhã, se viverei mais uma hora, se a minha mão poderá terminar esta linha que começo? A vida está por todos os lados cercada pelo Desconhecido. Todavia executo, trabalho, empreendo; e em todos os meus atos, em todos os meus pensamentos, eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar. A minha atividade excede em cada minuto o instante presente, estende-se ao futuro. Eu consumo a minha energia sem recear que esse consumo seja uma perda estéril, imponho-me privações, contando que o futuro as resgatará – e sigo o meu caminho. Essa incerteza que me comprime de todos os lados equivale para mim a uma certeza e torna possível a minha liberdade – é o fundamento da moral especulativa com todos os riscos. O meu pensamento vai adiante dela, com a minha atividade; ele prepara o mundo, dispõe do futuro. Parece-me que sou senhor do infinito, porque o meu poder não é equivalente a nenhuma quantidade determinada; quanto mais trabalho, mais espero.”

* Jean-Marie Guyau (1854-1888), filósofo e poeta francês.

(PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Lima Barreto**: uma autobiografia literária. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 164)

1. Lima Barreto vale-se do texto de Guyau para defender a tese de que
 - (A) as ações do presente ganham sentido quando projetadas e executadas com vistas ao futuro.
 - (B) o futuro só é do nosso domínio quando nossas ações no tempo presente logram antevê-lo e iluminá-lo.
 - (C) as projeções do futuro só importam quando estiverem visceralmente ligadas às experiências do presente.
 - (D) o futuro ganha plena importância quando temos a convicção de que todas as nossas ações são duradouras.
 - (E) as ações do presente têm sua importância determinada pelo valor intrínseco de que se revestem.
2. O fato de nossa vida estar cercada pelo Desconhecido não deve implicar uma restrição aos empreendimentos humanos, já que, para Guyau,
 - (A) o fundamento da moral especulativa está em planejar o futuro sem atentar para as circunstâncias presentes.
 - (B) o trabalho estéril executado no presente acumula energias que serão desfrutadas no futuro.
 - (C) a incerteza do futuro não elimina a possibilidade de tomá-lo como parâmetro dos nossos empreendimentos.
 - (D) os nossos atos tendem a se tornar estéreis quando pautados por uma visão otimista do futuro.
 - (E) a brevidade do tempo que temos para viver autoriza-nos a viver o presente com o máximo de intensidade.

3. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o elemento sublinhado na frase:
 - (A) As incertezas quanto ao meu próprio futuro não (**dever**) eximir-me de ser responsável por minhas decisões.
 - (B) Os desafios que cada um de nós hoje se (**obrigar**) a enfrentar fortalecem-nos diante do futuro.
 - (C) Há trabalhos que a gente (**executar**) sem imaginar o sentido que ganharão no futuro.
 - (D) Os minutos de que se (**necessitar**) viver plenamente devem trazer consigo uma expectativa de futuro.
 - (E) As privações que me (**competir**) enfrentar não devem desestimular meus empreendimentos.
4. A construção da frase *eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar* permanecerá correta caso se substitua o elemento sublinhado por
 - (A) perante o qual não sei avaliar.
 - (B) em cujo nada posso desconfiar.
 - (C) de cujo pouco posso prever.
 - (D) por quem nada posso antecipar.
 - (E) do qual nada me é dado esperar.
5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *o futuro as resgatará* (2º parágrafo) = o amanhã as imputará.
 - (B) *incerteza que me comprime* (2º parágrafo) = dúvida que me constringe.
 - (C) *Todavia executo* (2º parágrafo) = por conseguinte ajo.
 - (D) *uma perda estéril* (2º parágrafo) = um ônus impróprio.
 - (E) *imponho-me privações* (2º parágrafo) = faculto-me restrições.
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Está no futuro o sentido mesmo de tudo o que nos dispormos a fazer nos limites naturais do tempo presente.
 - (B) Mesmo sem assenhorearmos qualquer certeza diante do futuro, nossas ações presentes ressalvam toda liberdade.
 - (C) Pelo simples fato de ignorarmos o futuro, Guyau não desiste de valorizar no presente às ações que poderão projetar-se nele.
 - (D) O desconhecimento do futuro não nos exime de sermos responsáveis por tudo aquilo que empreendemos.
 - (E) Sendo certo que o Desconhecido cercea nossa vida, nem por isso deixaremos de investir sobre o nosso futuro.



Atenção: As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

Questão de gosto

A expressão parece ter sido criada para encerrar uma discussão. Quando alguém apela para a tal da “questão de gosto”, é como se dissesse: “chega de conversa, inútil discutir”. A partir daí nenhuma polêmica parece necessária, ou mesmo possível. “Você gosta de Beethoven? Eu prefiro ouvir fanfarra de colégio.” Questão de gosto.

Levada a sério, radicalizada, a “questão de gosto” dispensa razões e argumentos, estanca o discurso crítico, desiste da reflexão, afirmando despoticamente a instância definitiva da mais rasa subjetividade. Gosto disso, e pronto, estamos conversados. Ao interlocutor, para sempre desarmado, resta engolir em seco o gosto próprio, impedido de argumentar. Afinal, gosto não se discute.

Mas se tudo é questão de gosto, a vida vale a morte, o silêncio vale a palavra, a ausência vale a presença – tudo se relativiza ao infinito. Num mundo sem valores a definir, em que tudo dependa do gosto, não há lugar para uma razão ética, uma definição de princípios, uma preocupação moral, um empenho numa análise estética. O autoritarismo do gosto, tomado em sentido absoluto, apaga as diferenças reais e proclama a servidão ao capricho. Mas há quem goste das fórmulas ditatoriais, em vez de enfrentar o desafio de ponderar as nossas contradições.

(Emiliano Barreira, inédito)

7. Definida como *instância definitiva da mais rasa subjetividade*, a questão de gosto **opõe-se**, terminantemente,

- (A) ao subterfúgio de que nos valem para evitar um princípio de discussão.
- (B) ao princípio da recusa a qualquer fundamentação racional numa discussão.
- (C) à atribuição de mérito à naturalidade de uma primeira impressão.
- (D) ao primado do capricho pessoal, ao qual tantas vezes se apela.
- (E) à dinâmica de argumentos criteriosos na condução de uma polêmica.

8. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a menção a *Beethoven* e a *fanfarra de colégio* ilustra bem a disposição do autor em colocar lado a lado manifestações artísticas de valor equivalente.
- II. No 2º parágrafo, o termo *despoticamente* qualifica o modo pelo qual alguns interlocutores dispõem-se a desenvolver uma polêmica.
- III. No 3º parágrafo, a expressão *servidão ao capricho* realça a acomodação de quem não se dispõe a enfrentar a argumentação crítica.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II.

9. Muita gente não enfrenta uma argumentação, prefere substituir uma argumentação pela alegação do gosto, atribuindo ao gosto o valor de um princípio inteiramente defensável, em vez de tomar o gosto como uma instância caprichosa.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente,

- (A) substituir a ela - atribuindo a ele - lhe tomar
- (B) substituir-lhe - atribuindo-lhe - tomar-lhe
- (C) substituir-lhe - atribuindo-o - tomá-lo
- (D) substituí-la - atribuindo-lhe - tomá-lo
- (E) substituí-la - lhe atribuindo - tomar-lhe

10. Na passagem da voz ativa para a passiva, NÃO houve a devida correspondência quanto ao tempo verbal na seguinte construção:

- (A) Será que ele apreciará tais formas ditatoriais? = Será que tais fórmulas ditatoriais serão apreciadas por ele?
- (B) Haveremos de enfrentar esse e outros desafios = Esse e outros desafios haverão de ser enfrentados por nós.
- (C) A questão de gosto dispensaria as razões = As razões teriam sido dispensadas pela questão de gosto.
- (D) O autoritarismo apagava as diferenças reais = As diferenças reais eram apagadas pelo autoritarismo.
- (E) Os acomodados têm proclamado a servidão ao capricho = A servidão ao capricho tem sido proclamada pelos acomodados.

11. Ao longo do texto o autor se vale de expressões de sentido antagônico, para bem marcar a oposição entre uma razão crítica e uma mera manifestação do gosto. É o que se constata quando emprega

- (A) *tudo é questão de gosto* e *tudo se relativiza*.
- (B) *servidão ao capricho* e *fórmulas ditatoriais*.
- (C) *encerrar uma discussão* e *nenhuma polêmica*.
- (D) *engolir em seco* e *impedido de argumentar*.
- (E) *desafio de ponderar* e *estanca o discurso crítico*.

12. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Se alguém apelasse para a tal “questão de gosto”, dificilmente nós, reputados polemistas, haveremos de concordar.
- (B) Seria necessário que todos gostassem das fórmulas ditatoriais do gosto para que se impeça um debate calcado em princípios argumentativos.
- (C) Caso um de nós a tome em sentido absoluto, a questão de gosto acabará por impedir que debatamos com alguma seriedade.
- (D) Caso sejam levadas a sério, suas ponderações teriam soterrado as tais razões de gosto que alegassem os seus interlocutores.
- (E) Somente nos restaria engolir em seco, se admitirmos que a tal da questão de gosto tivesse alguma relevância.



Atenção: As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sobre a publicação de livros

Muito se tem discutido, recentemente, sobre direitos e restrições na publicação de livros. Veja-se o que dizia o filósofo Voltaire, em 1777:

“Não vos parece, senhores, que em se tratando de livros, só se deve recorrer aos tribunais e soberanos do Estado quando o Estado estiver sendo comprometido nesses livros? Quem quiser falar com todos os seus compatriotas só poderá fazê-lo por meio de livros: que os imprima, então, mas que responda por sua obra. Se ela for ruim, será desprezada; se for provocadora, terá sua réplica; se for criminosa, o autor será punido; se for boa, será aproveitada, mais cedo ou mais tarde.”

(Voltaire, **O preço da justiça**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 56)

13. A posição de Voltaire está corretamente resumida na seguinte frase:

- (A) Afora alguma razão de Estado, não se deve incriminar um autor pela divulgação de suas ideias.
- (B) O Estado só deve ser invocado para julgar um livro quando isso constituir manifesta exigência do público.
- (C) A publicação de livros é uma questão de Estado e somente na instância do Estado deve ser administrada.
- (D) Os autores de livros, soberanos para emitir suas opiniões, devem permanecer à margem das sanções dos tribunais.
- (E) A única consequência admissível da publicação de um livro é a reação do público leitor, a quem cabe o juízo definitivo.

14. Por falha estrutural de redação, impõe-se **reescrever** a seguinte frase:

- (A) A liberdade de pensamento constituiu uma preocupação central para os intelectuais do século XVIII, destacando-se, entre eles, o gênio de Voltaire.
- (B) Mesmo que haja grande evolução no que diz respeito aos costumes, vê-se que no século XVIII era permanente a preocupação com os direitos civis.
- (C) Muitos ensinamentos dos antigos escritores e filósofos mantêm-se atuais, por força do permanente interesse público pelos temas que abordaram.
- (D) São inspiradores os intelectuais antigos que, como Voltaire, discutiram temas cuja relevância não sofreu qualquer declínio até nossos dias.
- (E) A discussão atual sobre o direito de se publicar uma biografia não autorizada pode enriquecer-se, quando se recorre a princípios defendidos por Voltaire.

15. Quanto à colocação das vírgulas, a frase inteiramente correta é:

- (A) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (B) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto” Voltaire aborda, com a propriedade de sempre a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também, nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (C) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro, para contrabalançar, os impulsos do coração.
- (D) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma, do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também nos deu um cérebro, para contrabalançar os impulsos do coração.
- (E) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.

Raciocínio Lógico-Matemático

Atenção: Utilize o texto a seguir para responder às questões de números 16 e 17.

Em uma das versões do jogo de Canastra, muito popular em certos Estados brasileiros, uma canastra é um jogo composto de sete cartas. Existem dois tipos de canastras: a canastra real, formada por sete cartas normais iguais (por exemplo, sete reis) e a canastra suja, formada por quatro, cinco ou seis cartas normais iguais mais a quantidade de coringas necessária para completar as sete cartas. São exemplos de canastras sujas: um conjunto de seis cartas “9” mais um coringa ou um conjunto de quatro cartas “7” mais três coringas.

As canastras reais e sujas valem, respectivamente, 500 e 300 pontos, mais o valor das cartas que as compõem. Dentre as cartas normais, cada carta “4”, “5”, “6” e “7” vale 5 pontos, cada “8”, “9”, “10”, valete, dama e rei vale 10 pontos e cada ás vale 20 pontos. Já dentre os coringas, existem dois tipos: o “2”, que vale 20 pontos cada, e o joker, que vale 50 pontos cada.

Uma carta “3” não pode ser usada em uma canastra. A Canastra é jogada com dois baralhos, o que resulta em oito cartas de cada tipo (“2”, “3”, “4”, ... , “10”, valete, dama, rei e ás) mais quatro coringas joker.

16. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no mínimo, igual a

- (A) 335.
- (B) 350.
- (C) 365.
- (D) 375.
- (E) 380.



17. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra usando apenas sete cartas, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no máximo, igual a

- (A) 530.
- (B) 535.
- (C) 570.
- (D) 615.
- (E) 640.

18. No próximo ano, uma enfermeira deverá estar de plantão em 210 dos 365 dias do ano. No hospital em que ela trabalha, só se permite que uma enfermeira fique de plantão por, no máximo, 3 dias consecutivos. Nessas condições, combinando adequadamente os dias de plantão e de folga, o número máximo de dias consecutivos que ela poderá tirar de folga nesse ano é igual a

- (A) 78.
- (B) 85.
- (C) 87.
- (D) 90.
- (E) 155.

19. Durante um comício de sua campanha para o Governo do Estado, um candidato fez a seguinte afirmação:

“Se eu for eleito, vou asfaltar 2.000 quilômetros de estradas e construir mais de 5.000 casas populares em nosso Estado.”

Considerando que, após algum tempo, a afirmação revelou-se falsa, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) o candidato foi eleito e foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (B) não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas ou não foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (C) o candidato não foi eleito e não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (D) o candidato não foi eleito, mas foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (E) o candidato foi eleito, mas não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.

20. O número A é composto por 2000 algarismos, todos eles iguais a 1, e o número B é composto por 1000 algarismos, todos eles iguais a 3. Se o número C é igual à soma dos números A e B, então a soma de todos os algarismos que compõem C é igual a

- (A) 5000.
- (B) 4444.
- (C) 4000.
- (D) 3333.
- (E) 3000.

Noções de Direito Constitucional

21. É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito
- (A) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade.
 - (B) agrário, direito penitenciário, metalurgia e sistema cartográfico.
 - (C) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos.
 - (D) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude.
 - (E) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico.

22. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O direito de reunião em locais abertos ao público deve ser exercido, segundo o texto constitucional, de forma pacífica, sem armas, com prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- II. É assegurada pela Constituição Federal a gratuidade das ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania, bem assim, aos reconhecimentos pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- III. É cabível a impetração de *habeas data* em caso de violação do direito fundamental assegurado a todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse geral, ainda que, neste último caso, não diga respeito especificamente à pessoa do impetrante.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

23. Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de

- (A) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (B) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (E) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.



24. Considere as seguintes afirmativas:

- I. As decisões proferidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho são dotadas de efeito vinculante.
- II. A competência constitucionalmente assegurada para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho e os *habeas corpus* quando o ato questionado envolver matéria sob sua jurisdição implica o reconhecimento de legitimidade para o exercício de jurisdição penal aos órgãos da Justiça do Trabalho.
- III. A instalação de justiça itinerante pelos Tribunais Regionais do Trabalho deve servir-se, segundo o texto constitucional, dos equipamentos públicos disponíveis, sendo vedada a utilização daqueles de natureza particular ou comunitária.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e II, apenas.

25. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Lei federal que condicione o exercício da profissão de músico à inscrição regular na Ordem dos Músicos do Brasil e ao pagamento das respectivas anuidades não ofende a Constituição, pois cabe ao legislador estabelecer qualificações profissionais a serem exigidas como condição ao exercício do direito fundamental à liberdade de profissão.
- II. É assegurada às entidades associativas, desde que expressamente autorizadas, legitimidade para representar seus filiados judicialmente, inclusive em sede de ação civil pública e de mandado de segurança coletivo.
- III. A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, bem como o direito à indenização por danos morais decorrentes de sua violação são constitucionalmente assegurados às pessoas naturais e não às pessoas jurídicas.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

Noções de Direito Administrativo

26. A Administração pública de São Bernardo do Campo tem necessidade de adquirir equipamento de informática que é produzido e comercializado, com exclusividade, por empresa brasileira sediada no Estado do Paraná. Após ampla e detida pesquisa, constatou-se que referido equipamento é o único capaz de atender de forma satisfatória o interesse público, sendo premente sua aquisição. Para tanto, a Administração pública municipal deve comprar referido equipamento por meio de

- (A) procedimento licitatório, elegendo a modalidade licitatória que imprima maior competitividade ao certame, desde que o faça de forma motivada.
- (B) contratação direta, com fundamento na dispensa de licitação, exigindo do fornecedor a comprovação de exclusividade de fabricação e comercialização, por meio da apresentação de atestado emitido para esse fim.
- (C) contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, exigindo, para tanto, que o fornecedor apresente a documentação comprobatória da condição de exclusividade, nos termos da Lei.
- (D) contratação direta, com fundamento na dispensa ou na inexigibilidade de licitação, não havendo, em qualquer das hipóteses, forma específica indicada pela lei para comprovação da exclusividade de fabricação e comercialização.
- (E) procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que é exigência constitucional para todas as contratações públicas.



27. Servidor Público federal, ocupante de cargo junto ao Ministério da Fazenda, foi deslocado, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, no interesse da Administração. O ato administrativo descrito, nos termos da Lei nº 8.112/1990, denomina-se
- (A) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da Administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá, exclusivamente, a critério da Administração.
 - (B) recondução, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da administração, com ou sem mudança de sede, hipótese em que a motivação do ato é dispensada; denominando-se redistribuição, o deslocamento a pedido do servidor.
 - (C) redistribuição, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da Administração, com ou sem mudança de sede, independentemente de motivação.
 - (D) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá a critério da Administração, podendo, no entanto, ocorrer independentemente do interesse da Administração, nas situações expressamente autorizadas pela Lei.
 - (E) transferência, que é a modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, com ou sem mudança de sede, sempre no interesse da Administração.
-
28. Órgão integrante do Poder Legislativo federal, no desempenho da função administrativa, solucionou controvérsia proferindo ato administrativo restritivo de direito sem, no entanto, observar a Lei nº 9.784/1999. Considerando o âmbito de aplicação da referida lei, é correto afirmar que o administrador atuou
- (A) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, respectivamente, quando no desempenho de função legislativa e judicial.
 - (B) conforme a lei, porque o ato normativo aplica-se tão somente às unidades de atuação integrantes da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta federal.
 - (C) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se, exclusivamente, ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta.
 - (D) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta e ao Poder Judiciário federal, não se aplicando ao Poder Legislativo federal, estadual ou local.
 - (E) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da supracitada norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
-
29. Durante procedimento licitatório, na fase de homologação, o Poder Público apercebeu-se que a execução do serviço objeto da licitação não mais atendia ao interesse público que motivou a abertura do certame, em razão de situação incontornável, decorrente de fato superveniente à sua instauração, devidamente comprovado. Nessa condição, a autoridade competente superior, após receber o processo de licitação, deve
- (A) anular o procedimento por razões de ordem administrativa, ficando a Administração obrigada a indenizar os participantes da licitação.
 - (B) revogar a licitação, por motivo de legalidade, não havendo obrigação legal de assegurar o contraditório e a ampla defesa, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
 - (C) revogar a licitação, por ato devidamente motivado, assegurando-se aos interessados o contraditório e a ampla defesa.
 - (D) anular o procedimento por razão de interesse público, não havendo obrigação de indenização, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
 - (E) homologar o ato de resultado final da Comissão de Licitação, confirmando a validade do certame e adjudicando o objeto da licitação ao vencedor do certame, que tem direito subjetivo à contratação.
-
30. Ato normativo emanado do Poder Legislativo federal criou, junto aos quadros do Ministério da Saúde, cargos de provimento efetivo autorizando seu preenchimento pela integração, no serviço público federal, de servidores públicos de Autarquia estadual da área da saúde que atuavam há muitos anos no serviço público federal, em razão de acordo entre o Estado e a União. Os atos administrativos de provimento pautados em referida norma legal
- (A) não são passíveis de anulação porque se cuidam de provimento derivado, considerando que os servidores mantinham vínculo anterior com a Administração pública de outra esfera governamental.
 - (B) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que malfez a Constituição Federal, sendo, no entanto, válidos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, se por outra razão não forem viciados.
 - (C) não são passíveis de anulação pelo judiciário, porque a exigência de concurso público se dá tão somente para primeira investidura no serviço público.
 - (D) são passíveis de revogação, por motivo de conveniência e oportunidade, mas não de anulação, isso porque o administrador está adstrito ao princípio da legalidade que, na hipótese, fundamenta a transposição funcional de um cargo a outro, mesmo que de esfera governamental distinta.
 - (E) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que ofende a Constituição Federal; sendo igualmente inválidos todos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, que, por essa razão, não surtem efeitos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

31. De acordo com previsão legal, NÃO integram o salário do empregado
- (A) comissões.
 - (B) percentagens.
 - (C) diárias para viagem que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado.
 - (D) gratificações ajustadas.
 - (E) abonos pagos pelo empregador.

32. No tocante a alteração do contrato de trabalho, considere:
- I. É lícita a transferência do empregado quando ocorrer a extinção do estabelecimento em que trabalhar.
 - II. Não se considera transferência a que não acarretar necessariamente mudança de domicílio do empregado.
 - III. Não se considera alteração unilateral do contrato de trabalho a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - IV. As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.
- Está correto o que consta em
- (A) I e IV, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.

33. É direito constitucional assegurado aos trabalhadores:
- (A) Licença paternidade de quinze dias.
 - (B) Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
 - (C) Repouso semanal remunerado, concedido sempre aos domingos.
 - (D) Participação nos lucros, ou resultados, calculada sobre a remuneração do trabalhador.
 - (E) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.

34. Quanto à remuneração das férias, é INCORRETO afirmar:
- (A) Deve ser feito até dois dias antes do início do respectivo período de gozo.
 - (B) O empregado dará quitação do pagamento mediante recibo, do qual deve constar indicação do início e do término das férias.
 - (C) Os adicionais de horas extras, noturno, de insalubridade e de periculosidade integram o salário do empregado para fins de cálculo das férias.
 - (D) O empregado perceberá durante as férias, a remuneração que lhe era devida na data da aquisição do direito, acrescida de 1/3.
 - (E) Quando o salário for pago por comissão, porcentagem ou viagem, será apurada a média percebida pelo empregado nos 12 meses que precederam à concessão das férias.

35. De acordo com a previsão legal, para fins de contratação, o empregador não poderá exigir do empregado comprovação de experiência prévia no mesmo tipo de atividade por tempo superior a
- (A) 3 meses.
 - (B) 4 meses.
 - (C) 6 meses.
 - (D) 1 ano.
 - (E) 8 meses.

36. Em relação ao intervalo para repouso e alimentação, é correto afirmar:
- (A) O empregado que cumpre diariamente jornada extraordinária tem direito a um acréscimo de 15 minutos no seu intervalo.
 - (B) O intervalo para empregado que cumpre jornada entre 6 e 8 horas diárias é de uma hora.
 - (C) A não concessão do intervalo pelo empregador, gera ao mesmo a obrigação de remunerar o respectivo período com um acréscimo de no mínimo 20% sobre o valor correspondente.
 - (D) O cumprimento pelo empregado de jornada de trabalho de 4 horas diárias assegura ao mesmo o direito a um intervalo de 15 minutos.
 - (E) Esse intervalo não é computado na duração do trabalho.

Noções de Direito Processual do Trabalho

37. Com relação à petição inicial trabalhista de ação que corre pelo rito ordinário, é INCORRETO afirmar:
- (A) Poderá haver cumulação de pedidos, caracterizando-se a cumulação alternativa quando somente um dos pedidos poderá ser acolhido, como é o caso da reintegração do empregado estável ou conversão do período estável em indenização.
 - (B) O pedido deve ser certo ou determinado, no entanto, a ausência de indicação dos valores correspondentes, não causam, por si só, o arquivamento da reclamação.
 - (C) Se a petição inicial não contiver valor da causa será indeferida de plano, uma vez que não há possibilidade de emenda.
 - (D) Havendo pedido de insalubridade e/ou periculosidade, o Juiz determinará a realização de perícia técnica, mesmo havendo revelia da reclamada.
 - (E) A petição inicial deve conter a exposição dos fatos, sendo clara, breve e precisa, dispensando para sua validade a indicação dos fundamentos legais do pedido.

38. Na audiência trabalhista UNA, onde deixou de comparecer a reclamada ou seu representante legal, estando presente o advogado munido de procuração e defesa, comprovando, preliminarmente, que a reclamação foi recebida no dia anterior à data da realização da audiência, deve o juiz
- (A) aplicar a revelia e pena de confissão quanto à matéria de fato à reclamada, designando nova data para a realização da audiência.
 - (B) determinar o arquivamento dos autos.
 - (C) aplicar a revelia e pena de confissão quanto à matéria de fato à reclamada, mantendo o normal andamento da audiência.
 - (D) designar nova data para a realização da audiência, ante os argumentos do advogado da reclamada.
 - (E) condicionar o adiamento da audiência à concordância do reclamante.



<p>39. De acordo com a Resolução nº 94/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,</p> <p>(A) a partir da vigência desta Resolução, serão instaladas novas Varas do Trabalho sem a concomitante implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.</p> <p>(B) para solucionar problemas operacionais, está autorizada a criação de novas soluções de informática para o processo judicial, bem como a realização de investimentos nos sistemas eventualmente existentes.</p> <p>(C) o sistema PJe-JT estará disponível de 2ª à 6ª feira, 24 horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de manutenção do sistema.</p> <p>(D) o sistema PJe-JT estará disponível 24 horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de manutenção do sistema.</p> <p>(E) durante a fase de implantação, os Tribunais Regionais do Trabalho poderão estabelecer horários diversos de funcionamento do sistema PJe-JT, conforme suas necessidades e especificações.</p>	<p>42. Conforme as regras estabelecidas para a execução no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A lei de execução fiscal será fonte subsidiária do processo trabalhista, preferindo às normas processuais civis.</p> <p>(B) No caso de acordo em fase de execução, a decisão será irrecorrível, tendo em vista a autonomia das partes para transigir.</p> <p>(C) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.</p> <p>(D) A penhora em estabelecimento é prevista nos artigos 677 e 678 do CPC e pode ser aplicada ao processo do trabalho, por ser menos gravosa ao executado, uma vez que permite a manutenção da atividade empresarial enquanto quita a dívida trabalhista.</p> <p>(E) O juiz poderá dar andamento à execução, tendo em vista o caráter alimentar do crédito trabalhista.</p>
<p>40. A respeito da apresentação da resposta do reclamado em audiência, é correto afirmar:</p> <p>(A) A desistência da reclamação pelo reclamante não obsta o prosseguimento da reconvenção, devendo haver manifestação expressa do reclamado para que isto ocorra.</p> <p>(B) De acordo com a CLT, o fato de o juiz ter parentesco por consanguinidade ou afinidade até o quarto grau civil em relação à pessoa dos litigantes é causa de suspeição.</p> <p>(C) Quando forem notificados para a reclamação vários reclamados, com diferentes procuradores, o prazo para a prática dos atos processuais, inclusive a contestação, será contado em dobro.</p> <p>(D) Não cabe reconvenção no processo trabalhista, uma vez que não há previsão legal.</p> <p>(E) Apresentada a reconvenção na audiência trabalhista, será dada a palavra à parte reconvinida para sobre ela se pronunciar oralmente, vedado o fracionamento da audiência para esse fim.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Administração Geral e Pública</p> <p>43. Um dos Objetivos Estratégicos do TRT – 2ª Região São Paulo é <i>Alinhar 100% das unidades administrativas e judiciárias à estratégia institucional, integrando-as ao Modelo de Gestão e Ações Estratégicas aprovados pelo Tribunal</i>. Para tanto, utiliza o Planejamento Estratégico de RH que deverá levar em consideração:</p> <p>I. Coerência entre si das políticas, práticas e decisões de recursos humanos, além de estarem consistentes com o planejamento global da organização.</p> <p>II. Elaboração pautada dos procedimentos de recrutamento e seleção.</p> <p>III. Interação com o ambiente interno e externo, atuando de forma inovadora e diferenciada, sendo capaz de influenciar toda a organização.</p> <p>IV. Após formalização não poderá ser modificado ou alterado, garantindo assim o sucesso das ações propostas.</p>
<p>41. Com relação aos recursos previstos no processo do trabalho, é correto afirmar que</p> <p>(A) das decisões proferidas em ação rescisória pelos Tribunais Regionais do Trabalho é cabível a interposição de recurso de revista.</p> <p>(B) no rito sumaríssimo, somente é possível a interposição de recurso de revista no caso de ofensa direta à norma constitucional.</p> <p>(C) das decisões proferidas em processos sob o rito sumário, sempre é cabível a interposição de recurso ordinário.</p> <p>(D) o prazo para interposição do agravo de petição é de 5 dias.</p> <p>(E) contra decisões interlocutórias, desde que constem os “protestos” da ata de audiência é possível a interposição de agravo de instrumento.</p>	<p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e IV, apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>



44. O quadro abaixo apresenta falhas comuns cometidas pelo avaliador durante o processo de avaliação de desempenho humano.

Correlacione as colunas corretamente:

Falha de Comportamento		Descrição do Fenômeno	
A	Falta de técnica	I	Julgar o indivíduo a partir de um único traço de personalidade que se destaca em termos de simpatia ou antipatia, generalizando essa característica e contaminando a avaliação positiva ou negativamente.
B	Tendência Central	II	Julgar apenas com base no bom senso, sem discernir informações importantes das irrelevantes.
C	Efeito Halo	III	Valorizar aspectos que o avaliador julga importantes, mas não o são para a organização ou para a função do avaliado.
D	Unilateralidade	IV	Julgar o avaliado da mesma forma que nos períodos anteriores.
E	Força do Hábito	V	Atribuir apenas conceitos no ponto médio da escala; o conceito excelente ou o conceito péssimo seriam exceções.

A correlação correta está feita em:

- (A) A-IV B-V C-III D-I E-II.
- (B) A-V B-III C-II D-IV E-I.
- (C) A-II B-V C-I D-III E-IV.
- (D) A-I B-V C-IV D-II E-III.
- (E) A-III B-IV C-I D-II E-V.

45. Nas últimas décadas, muitas instituições vêm dando importância à pesquisa de clima organizacional, que dentre os seus principais objetivos NÃO se enquadra:

- (A) Permitir mudança da cultura organizacional onde for constatado o maior grau de insatisfação no ambiente de trabalho.
- (B) Identificar, avaliar e monitorar o impacto das intervenções contempladas na Pesquisa de Clima Organizacional no decorrer do tempo.
- (C) Criar canal de comunicação direta entre os colaboradores e a direção da organização, onde possam manifestar suas opiniões com garantia do anonimato.
- (D) Avaliar o grau de satisfação dos colaboradores em relação à organização.
- (E) Possibilitar a melhoria nas condições de infraestrutura para o trabalho, após aprovação de investimentos julgados como necessários para aumentar a satisfação das pessoas.

46. A organização "X, Y, Z" tem como missão "Promover a pacificação social oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, acessível e eficiente nos litígios trabalhistas" e uma das diretorias é a Administrativa-financeira, composta por 3 setores: financeira, recursos humanos e administração de materiais.

Considere:

- I. Departamentalização é a divisão de pessoas, conforme a delegação de autoridade de cada uma, envolvendo a combinação de uma forma possível.
- II. Os setores da diretoria administrativo-financeira é um exemplo de departamentalização por clientela.
- III. O tipo de departamentalização adotado na Diretoria administrativo-financeira possibilita uma visão sistêmica e integrada de todos os objetivos da organização.
- IV. À medida que a estrutura dessa empresa se torna o mais horizontal, a capacidade de coordenação das chefias tenderá a aumentar.

Considerando a empresa apresentada na situação hipotética, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

47. Ao implantar a gestão por competências, um dos grandes desafios é melhorar a ferramenta *feedback*, considerado por muitos autores, uma ferramenta poderosa. Para um gestor obter bom êxito em uma reunião de *feedback*, deve tomar cuidado para NÃO

- (A) estimular que um comportamento adequado se repita, o chamado *feedback* positivo.
- (B) manifestar disposição em ajudar e demonstrar confiança na capacidade de bom desempenho do avaliado.
- (C) iniciar a reunião dando ênfase aos aspectos positivos do desempenho do avaliado.
- (D) dar enfoque às críticas ao desempenho, não às características da personalidade do avaliado.
- (E) encerrar o *feedback* destacando os aspectos negativos do desempenho do avaliado, com a finalidade de que ele não ocorra novamente.

48. Segundo os autores, Nonaka e Takeuchi (1995), para a criação do conhecimento organizacional são necessárias ações que integrem o conhecimento tácito e o conhecimento explícito e devem ser iniciadas com a prática de

- (A) Internalização, que transforma conhecimento explícito em conhecimento tácito.
- (B) Socialização que transforma conhecimento explícito em conhecimento tácito.
- (C) Socialização, que transforma conhecimento tácito em conhecimento tácito.
- (D) Externalização, que transforma conhecimento tácito em conhecimento explícito.
- (E) Combinação, que transforma conhecimento explícito em conhecimento explícito.



49. De acordo com o *Project Management Institute – PMI*, a área que se refere a Escopo do projeto assegura que
- o projeto contemple todo o trabalho requerido, e nada mais que o trabalho requerido, para completar o projeto com sucesso.
 - o projeto termine dentro do prazo e orçamento aprovados.
 - a geração, captura, distribuição, armazenamento e apresentação das informações do Projeto sejam feitas de forma adequada e no tempo certo.
 - os diversos elementos do projeto sejam adequadamente coordenados.
 - as necessidades que originaram o desenvolvimento do projeto sejam atendidas.

Noções de Orçamento Público

50. Conforme a Lei nº 4.320/1964, na execução do orçamento, é permitido
- realizar empenho da despesa com equipamentos, no primeiro trimestre, com valor acima da cota trimestral, desde que o pagamento seja realizado no trimestre seguinte.
 - realizar empenho global referente a um contrato de aluguel de um imóvel por um período de 12 meses, cujo pagamento ocorrerá mensalmente.
 - iniciar a prestação de serviços de consultoria antes do empenho da despesa.
 - conceder suprimento de fundos para despesas com locomoção sem prévio empenho na dotação própria.
 - recolher parcela das receitas arrecadadas em uma conta bancária específica com o fim de criar um caixa especial para pagamento a fornecedores de bens imóveis.

51. Considere as afirmativas sobre o orçamento público:
- As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.
 - A Lei do Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.
 - O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - A Lei Orçamentária Anual disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- Está correto o que consta APENAS em
- III e IV.
 - II e IV.
 - I e II.
 - I e III.
 - II e III.

52. A inclusão de dispositivos que autorizam a criação de cargos públicos na Lei Orçamentária Anual é vedada porque fere o princípio orçamentário
- da exclusividade.
 - da unidade.
 - da universalidade.
 - do orçamento bruto.
 - da publicidade.

53. Considere as informações sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de X1, de uma entidade pública:

Valores em reais

Elemento de Despesa	Despesa Fixada	Despesa Empenhada no 1º semestre
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	300.000,00	150.000,00
Obrigações Patronais	100.000,00	50.000,00
Material de Consumo	80.000,00	45.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	95.000,00	62.000,00
TOTAL	575.000,00	307.000,00

Não há outras dotações orçamentárias consignadas à entidade pública. O gestor público, no segundo semestre de X1, pretende realizar despesa no valor total de R\$ 50.000,00 com aquisição de microcomputadores, cuja vida útil estimada é de 5 anos, necessários para a expansão de um dos serviços prestados pela entidade. Sendo assim, para a aquisição dos microcomputadores, deverá ocorrer

- a abertura de créditos adicionais extraordinários e, em seguida, dar conhecimento ao Poder Legislativo.
- o *superavit* financeiro do exercício de X1 para a abertura de créditos adicionais.
- a transferência de recursos para o elemento de despesa equipamentos e material permanente, não sendo necessária autorização legislativa.
- a abertura de créditos adicionais suplementares, após autorização legislativa.
- a abertura de créditos adicionais especiais, após autorização legislativa.

54. Considere as despesas de um Tribunal Regional do Trabalho com:

- aquisição de veículos para uso na prestação de serviços.
- tarifas de energia elétrica, água e esgoto referentes ao prédio utilizado na prestação de serviços à sociedade.
- gasolina automotiva.
- serviços de terceiros (pessoa jurídica) relativos à manutenção periódica do sistema de ar condicionado.

As despesas I, II, III e IV são classificadas, respectivamente, como despesa

- corrente, de capital, corrente e de capital.
- corrente, corrente, corrente e de capital.
- de capital, corrente, corrente e de capital.
- de capital, corrente, corrente e corrente.
- de capital, corrente, de capital e corrente.



55. Após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União pelo Poder Executivo para discussão e votação pelo Poder Legislativo, a inclusão de uma obra, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ocorrer por meio
- (A) de Emenda proposta pelo Poder Executivo, cujo recurso necessário para a execução da obra seja decorrente de anulação de despesa com aquisição de imóveis.
 - (B) de Emenda proposta pelo Poder Legislativo, cujo recurso necessário para execução da obra seja decorrente de anulação de despesa com transferências tributárias constitucionais para municípios.
 - (C) do envio de mensagem pelo Presidente da República ao Congresso Nacional para propor modificações no Projeto de Lei enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.
 - (D) de Emenda proposta pelo Poder Legislativo, cujo recurso necessário para a execução da obra seja decorrente de anulação de despesa com pessoal e seus encargos.
 - (E) de Emenda proposta pelo Poder Legislativo, cujo recurso necessário para a execução da obra seja decorrente de anulação de despesa com serviço da dívida.

56. Considere as despesas a seguir, referentes ao Poder Judiciário de um Estado (Governo Estadual) e ao exercício financeiro de X1 (valores expressos em milhares de reais):

Elemento de Despesa	Valor Apurado com base no regime de competência	Valor apurado com base no regime de caixa
Contratação por tempo determinado	13.000,00	3.000,00
Obrigações Patronais	22.000,00	22.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	67.000,00	60.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	8.000,00	7.000,00
Indenizações Trabalhistas (indenizações por demissão)	12.000,00	10.000,00

A Receita Corrente Líquida no exercício financeiro de X1 foi R\$ (mil) 2.000.000,00. Sendo assim, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que o Poder Judiciário Estadual, em X1 e em milhares de reais,

- (A) precisa reduzir a despesa total com pessoal em 2.000,00 para poder criar cargos, empregos ou funções.
- (B) ultrapassou o limite pelo qual deveria ser alertado pelo Tribunal de Contas (limite de alerta) em 14.000,00.
- (C) precisa reduzir a despesa total com pessoal em 8.000,00 para poder fazer alteração na estrutura de carreira que aumente despesa com pessoal.
- (D) gastou 12.000,00 a menos do que o limite prudencial de despesa total com pessoal.
- (E) gastou 10.000,00 a menos do que o limite máximo de despesa total com pessoal.

Noções de Administração de Recursos Materiais

57. Sobre o Pedido de Compras, NÃO é correto afirmar:
- (A) Não representa um contrato formal entre a empresa e o fornecedor, este que é celebrado pela requisição de compra.
 - (B) Deve conter todas as condições negociadas, tais como: quantidade, qualidade, prazo de pagamento, data e local da entrega.
 - (C) Qualquer alteração, a ser feita após a emissão do pedido de compra, deve ter sido acordada entre o comprador e o fornecedor.
 - (D) Uma vez aceito pelo fornecedor, o pedido de compra tem força de contrato.
 - (E) Deve ser remetido ao fornecedor por intermédio de um protocolo para o qual se farão registros e controles.
58. A operação onde o recebimento e a distribuição de produtos são feitos sem a passagem das etapas de armazenagem e retirada é denominada como armazenagem:
- (A) *Flow rack.*
 - (B) *Cantilever.*
 - (C) *Drive-in e drive-through.*
 - (D) *Cross-Docking.*
 - (E) *Push back.*

59. Segundo Saldanha (2006), o controle adequado de estoques se torna fundamental: ...é preciso prever situações para que não haja excessos, faltas, nem deterioração dos materiais estocados. Sobre controle de estoques considere:
- I. executar controle sobre os estoques e inventários periódicos, preferencialmente utilizando um sistema integrado de informações ERP.
 - II. determinar quais os que tipos de materiais que serão estocados, independente da sua importância.
 - III. determinar o tempo de renovação dos estoques.
- Está correto o que consta em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

60. No almoxarifado de uma empresa prestadora de serviços, um determinado item de estoque é consumido na razão de 100 unidades por mês e o seu tempo de reposição é de 3 meses. Sabendo que o estoque mínimo é de 1 mês do seu consumo, o ponto de pedido será, em unidades:
- (A) 150.
 - (B) 500.
 - (C) 300.
 - (D) 200.
 - (E) 400.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que, na Folha de Resposta Definitiva:

- a) for assinada fora do local apropriado;
- b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- c) for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- d) estiver em branco;
- e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

Há quem acredite que, ao noticiar um fato, o jornalista deve ater-se à objetividade desse fato, sem submetê-lo a uma perspectiva mais pessoal. Mas há também quem creia que nenhum fato existe fora de alguma perspectiva pessoal e, nesse caso, a objetividade plena de uma notícia é apenas ilusória.

Escreva uma dissertação em prosa posicionando-se quanto a uma das duas convicções apresentadas ou ponderando sobre ambas. Justifique amplamente seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	